

DECLARAÇÃO DEMRE

Em atenção a solicitação deste tribunal no tocante aos benefícios concedidos pelo pagamento antecipado previsto no artigo 45 da Lei complementar nº. 13/2017 (Código Tributário Municipal), o desconto previsto pelo pagamento antecipado do IPTU em até 20 % não causaram impacto nas metas fiscais do Município, haja vista que os valores renunciados foram previstos na estimativa da receita já com o desconto aplicado de que a renúncia não foi prevista antecipadamente.

Ratificamos ainda que a Prefeitura Municipal de Mucurici não realizou qualquer ato legal que possa ser caracterizado como renúncia de receita no exercício financeiro do ano de 2022, tais como: anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuição, e outros benefícios que correspondem tratamento diferenciado, conforme previsto no artigo 14, parágrafo 1º da lei de responsabilidade fiscal, uma vez que os benefícios concedidos através da citada Lei não prejudica as metas fiscais estabelecidas e as metas constantes do plano plurianual, haja visto que não foram considerados na estimativa da receita orçamentária constante da LOA, nos termos do artigo 14 parágrafo 1º da Lei de Responsabilidade fiscal nº. 101/2000.

Em relação ao ITBI (Art. 11 0) do código tributário municipal, taxa de licença de área, localização e permanência de estabelecimento (artigo 143), taxa de licença para execução de obras e urbanização de áreas particulares (Art. 181), taxa de vistoria de edificações demolições e parcelamentos (art. 187), taxa de serviços públicos não existem atos concedendo benefícios fiscais que caracterizam renúncia de receita.

Por ser verdade, firmo a presente declaração de uma via para que surta os efeitos legais.

Mucurici, 07 de Agosto de 2023

Atanael Passos Wagnacker
PREFEITO MUNICIPAL - MUCURICI